

DOSSIÊ

A Integração Sul-Americana em
Tempos de Cólera: Haverá Futuro
para o Mercosul?

Augusto C. Dall'Agnol²

Ian R. Batista³

Thales L. Carvalho⁴

APRESENTAÇÃO: A INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA EM TEMPOS DE CÓLERA¹

INTRODUCTION: THE SOUTH AMERICAN INTEGRATION
IN THE TIME OF CHOLERA




INTRODUÇÃO


O aniversário de trinta anos do Mercado Comum do Sul (Mercosul) é uma ocasião especial para refletirmos sobre os rumos da integração regional sul e, em alguma medida, latino-americana. Celebrar a importância da integração regional rememorando seu processo histórico de constituição é ferramenta útil para avaliarmos sua atuação no presente e projetarmos sua institucionalidade no futuro. Sua história reflete a trajetória e os rumos desses processos, tornando o bloco um importante marco de aproximação regional.


Em um mundo que assistia ao final da Guerra Fria e à emergência do suposto “fim da história” (FUKUYAMA, 1992) liberal, democrático e

ocidental, o Mercosul buscou a inclusão dos países do Cone Sul na nova ordem em formação. Nesse período, o chamado “Regionalismo Aberto” predominou na América Latina, com a criação também de outras instituições em outras sub-regiões, como o Sistema de Integração Centro-Americano (SICA) e a Comunidade Andina de Nações (CAN)⁵. À época, a integração regional tinha como principal objetivo integrar as economias da região a um comércio global mais livre, contribuindo com uma cadeia produtiva mundial sem barreiras nacionalistas. E esse objetivo também se refletiu no bloco, sendo uma maneira encontrada por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai de participarem do fenômeno denominado por Ianni (1996) de globalismo, cooperando em aspectos comerciais e produtivos

¹ Os autores agradecem a Pedro Txai Brancher, Yulieth Martínez e Vinicius Santos pelas valiosas contribuições feitas à contextualização histórica e à análise bibliométrica contidas nessa apresentação.

² Mestre e Doutorando em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Vice-Presidente do Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE). augusto.dallagnol@ufrgs.br  <https://orcid.org/0000-0002-6658-4470>

³ Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Auxiliar I de Relações Internacionais no Centro Universitário Estácio do Recife. ian.reboucas@ufpe.br  <https://orcid.org/0000-0002-6126-729X>

⁴ Mestre e Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). thalesleo@ufmg.br  <https://orcid.org/0000-0003-4410-1367>

⁵ O primeiro originou-se da Organização dos Estados Centro-Americanos, enquanto a segunda do Pacto Andino.

mesmo estando na periferia do globo.

Em pouco tempo, Paraguai e Uruguai também foram incluídos nesse processo. Ambos participaram da primeira reunião do Grupo Mercado Comum, em 1990, onde discutiu-se a formação de um bloco multilateral com os quatro países (BARNABÉ, 2012). Outrora envolvidos em diversas disputas e desconfianças entre si (BANDEIRA, 1995), os quatro países passaram a construir uma estrutura comum de integração.

Em meio a esse processo de aproximação, entre 1991 e 1994, o Mercosul, tal como conhecemos, foi constituído através do Tratado de Assunção (1991), do Protocolo de Las Leñas (1992) e do Protocolo de Ouro Preto (1994). Elaborados por governos de inclinações neoliberais que comandavam Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai no início dos anos 1990, os documentos deixaram claras as pretensões comerciais do bloco, tal qual ocorria na maior parte da América Latina à época. Definiram-se o caráter de mercado comum a ser perseguido pelos membros, com direito à tarifa externa comum. Nesse sentido, o Mercosul seria, talvez, o bloco que mais conseguiu avançar nessas pretensões em toda a região.

Por mais que o objetivo de liberalização comercial e de uma relação especial de trocas com os Estados Unidos estivessem presentes, não se pode ignorar também os aspectos políticos que o Mercosul carrega ainda na década de 1990. Em uma região de redemocratização recente, os governos buscaram incorporar a discussão sobre o papel da diplomacia às instituições regionais, tornando-a inclusive condição necessária para o acesso a essas instituições (CARVALHO, 2017). O Mercosul não passou impune a esse momento. Nas palavras de Briceño-Ruiz (2013, p. 199), o bloco foi dotado de “mecanismos para afiançar a democracia, a estabilidade política e a paz, bem como tentar estabelecer um padrão de relacionamento com os EUA alicerçado na confiança e no fomento do interesse comum”.

Para além da incorporação dos valores liberais predominantes na região à época, é preciso lembrar que, mesmo que o contexto estivesse marcado pelo discurso de redução dos

setores públicos, os movimentos das burocracias de Brasil e Argentina nesse momento foram decisivos e ilustram o que Oszlak (2003) comenta sobre a integração regional necessitar de capacidade burocrática por parte dos países envolvidos "Celebrar a importância da integração regional rememorando seu processo histórico de constituição é ferramenta útil para avaliarmos sua atuação no presente e projetarmos sua institucionalidade no futuro.

Segundo as palavras de Celso Amorim (2009, p. 7), Ministro das Relações Exteriores de Itamar Franco (1993-1994),

nesse momento crítico em que os países estavam fazendo uma abertura comercial muito grande para o mundo, foram principalmente, as burocracias de Estado que perceberam que, apesar dos riscos que poderia haver naquela abertura, havia também uma oportunidade para a integração, desde que nós soubéssemos aproveitar aquele momento, que já era caracterizado por certa abertura em relação a terceiros países, para fazermos uma abertura mais rápida entre nós mesmos.

No entanto, a despeito do importante papel dessas burocracias, o Mercosul é representativo de uma das principais formas de integração regional na América Latina, marcada pela natureza intergovernamental, ou “interpresidencialista” (MALAMUD, 2003; 2005). Funciona, por isso, a partir dos interesses dos presidentes de momento dos países-membros, o que o torna passível de adaptação a novos contextos regionais, ao mesmo tempo em que reduz sua capacidade de responder a contextos desfavoráveis. Esse caráter pode ser elucidado, por exemplo, pelo avanço na sua construção em função da boa relação entre o presidente argentino, Raul Alfonsín e seu homólogo brasileiro, José Sarney (CERVO, 2007; BARNABÉ, 2012). Ou, também, quando Carlos Menem e Fernando Collor tentaram incluir no desenho do bloco elementos da *new public management* que imprimiam nacionalmente (GRANATO, 2015).

Mais marcante, contudo, foi a guinada que o bloco apresentou na primeira década dos anos

2000. As populações sul-americanas elegeram, naquele momento, governos de esquerda e centro-esquerda críticos ao Consenso de Washington até então vigente, eleitos com discurso de autonomia sul-americana e, muitas vezes, com a integração e cooperação regional como discursos de campanha (WEYLAND, 2010). Exemplos foram Néstor Kirchner na Argentina, Lula da Silva no Brasil e Tabaré Vázquez no Uruguai. Essa mudança de contexto político dos governos da região levaria a mudanças no pensamento sobre a integração regional, expandindo-a para áreas além da economia, como o desenvolvimento social. Esse novo regionalismo, conhecido como "pós-liberal" ou "pós-hegemônico" (RIGGIROZZI; TUSSIE, 2012; SANAHUJA, 2012), refletiria-se, anos mais tarde, na criação da Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA-2004) e da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL - 2008) - e, também, na própria reformulação da agenda do Mercosul.

Já no ano de 2003, uma série de reuniões apontavam para a ampliação da agenda do bloco. Destacam-se, respectivamente, as de junho e dezembro daquele ano, em Assunção e Montevidéu, onde se propôs e se acataram "mecanismos para o fortalecimento e revitalização do Mercosul" (GRANATO, 2015, p. 151). São marcos do período a criação do Parlamento do Mercosul (Parlasul), do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM) e da Cúpula Social do Mercosul, fórum de movimentos sociais dos países-membros. O período foi marcado ainda por uma ampliação dos países-membros do bloco, com a entrada da Venezuela, formalizada em 2012, mas que durou somente até 2017. Todos esses passos foram pensados para que o Mercosul fosse além de suas funções de bloco econômico, incorporando pautas políticas e sociais em sua agenda institucional.

Da mesma forma que uma conjuntura de governos de esquerda permitiu um novo momento para a integração latino-americana, um novo ciclo de politização (DABENE, 2012) ou nova configuração do mosaico ideológico sul-americano (BATISTA; ALBUQUERQUE, 2018) tem feito com

que o bloco se reconfigure as suas pautas originais. Esse novo contexto parece, inclusive, ajudar a explicar o fim da participação da Venezuela no bloco, em 2017. Mais grave do que isso, o desencontro ideológico entre os presidentes têm feito com que o futuro do bloco esteja ameaçado.

Por um lado, a Argentina, liderada pelo presidente Alberto Fernandez, de esquerda, chegou a anunciar sua saída das negociações mercosulinas em abril de 2020. Por outro, em julho de 2021, o presidente uruguaio, Luis Lacalle Pou, de orientação mais neoliberal, anunciou a decisão de seu país de assinar acordos comerciais fora do escopo do bloco. Uma flexibilização nesse sentido também é defendida pelo presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, de direita e sofre resistência do argentino Fernandez. Nesse contexto, o intergovernamentalismo, marcado pela alta dependência que o bloco possui dos interesses dos governos, tem se apresentado como um fator de instabilidade do bloco, só não fruto de maiores entraves ao longo de sua história pela aproximação existente entre os presidentes durante parte significativa de sua existência.

Em outras palavras, observa-se a confluência de um novo ciclo de politização na região com um aumento na polarização do sistema internacional. Esse novo contexto regional surge em um sistema internacional cada vez mais polarizado, em que a barganha internacional poderia se tornar uma das principais vantagens do Mercosul. Importantes condições sistêmicas emergiram em contraste com os períodos dos regionalismos aberto e pós-hegemônico, como uma ascendente competição global entre China e os Estados Unidos. Assim, respostas fundamentais para o futuro do Mercosul não se encontram, necessariamente, em nenhum período histórico anterior. Pelo contrário, a nascente bipolarização do sistema internacional impõe novos incentivos e constrangimentos distintos daqueles enfrentados pelo bloco ao longo das últimas três décadas.

De forma similar, condições contextuais também se encontram significativamente alteradas. A oscilação dos preços das *commodities* e as mudanças no padrão de exportação de

produtos manufaturados tanto intrabloco quanto para países de fora do mesmo influenciam diretamente os interesses e a capacidade de barganha de cada um dos Estados membros. Soma-se a isso, ainda, a diferença fundamental do período embrionário do bloco, caracterizado pela redemocratização, contrastando com o atual momento de precarização democrática (MAINWARING; BIZZARRO, 2019). Com isso, no que diz respeito ao diálogo e às negociações que devem ocorrer para que o Mercosul possa avançar, não há receita predeterminada de sucesso. Isso porque condições estruturais e contextuais apresentam-se de forma substancialmente modificadas em relação a períodos anteriores do bloco (COSSUL; DALL'AGNOL, 2021).

É bem verdade que os limites e desafios atuais do Mercosul não acontecem no vácuo, e toda a integração regional latino e sul-americana enfrenta entraves estruturais nos últimos anos, com raízes semelhantes: o descompasso ideológico, a ausência de uma agenda positiva para o regionalismo e a priorização das relações com as grandes potências como Estados Unidos e China na política externa dos países da região têm conduzido essa integração a "tempos de cólera", para fazermos uso da expressão de Gabriel García Márquez. Assim como a união entre Florentino Ariza e Fermina Daza acabou não se concretizando em meio ao caos da epidemia de cólera na Colômbia de García Márquez, a integração latino-americana não tem conseguido entregar frutos no confuso e talvez até caótico contexto atual.

As reflexões realizadas em decorrência do aniversário do Mercosul podem, então, ser um convite a repensar não só o futuro deste bloco, mas também o panorama geral da integração regional nesta parte da periferia do globo. É por isso que propusemos este Dossiê. Para compreender melhor também como essas reflexões acadêmicas têm sido feitas, optamos, também, por inserir uma análise bibliométrica da produção sobre a segunda área de estudos mais presente nos periódicos sul-americanos da área das Relações Internacionais: a integração regional

(MEDEIROS et al., 2016).

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE A INTEGRAÇÃO REGIONAL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

Para a realização de um levantamento bibliométrico da literatura sobre a integração na região, utilizamos a base de dados da *Scopus*. É importante dizer que nosso objetivo a partir desse levantamento não é o de prover respostas ou diagnósticos aprofundados sobre os estudos acerca do tema. Pelo contrário, pretendemos apresentar dados sobre esses estudos que nos levem a questionamentos e, quando possível, hipóteses para que possamos refletir sobre essa literatura.

Considerando que a referida integração é, por muitas vezes, também tratada sob o ponto de vista não só sul, mas latino-americano, buscamos por trabalhos que fizessem menção a alguma das seguintes expressões: *south american integration*, *integration south america*, *latin american integration*, *integration latin america*, *regional integration south america*, *regional integration latin america*, *latin america regionalism*, *south american regionalism* ou *regionalism in south america*, limitando a busca aos periódicos no campo das ciências sociais. É importante mencionar que essa busca não excluiu trabalhos redigidos em idiomas como português e espanhol, tendo em vista que os periódicos tendem a exigir também títulos e resumos em inglês para a publicação dos mesmos. Obtivemos 893 trabalhos, sendo 651 artigos publicados em periódicos, 138 capítulos de livros, 68 resenhas de livros, 16 livros, 11 *conference papers*, 4 notas, 3 editoriais e 2 *short surveys*. Sua distribuição temporal pode ser visualizada no gráfico abaixo (Gráfico 1).

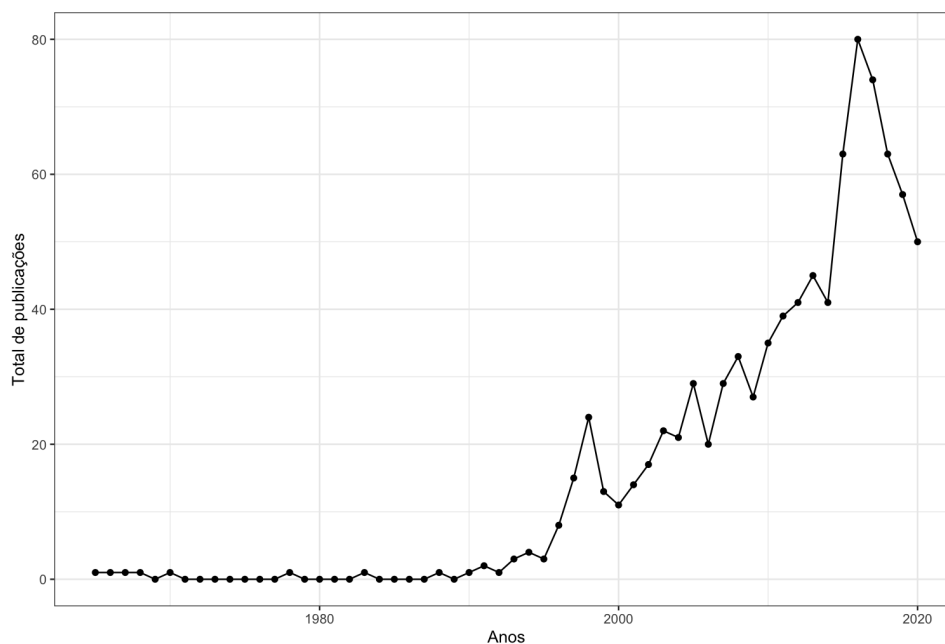
Já de início percebe-se que os estudos sobre a integração regional ganharam força durante a década de 1990, em meio ao "regionalismo aberto" e o surgimento de instituições como o Mercosul (CERVO, 2007; BARNABÉ, 2012). Nos anos 2000, com a emergência do regionalismo "pós-liberal", ou "pós-

hegemônico" (RIGGIROZZI; TUSSIE, 2012; SANAHUJA, 2012), elevou-se ainda mais o número de trabalhos sobre o tema, como visto no gráfico. Da mesma forma, em meio aos "tempos de cólera", parece ter se reduzido também a produção acadêmica sobre o tema, passando de

80 artigos publicados em 2016 para 50 em 2020.

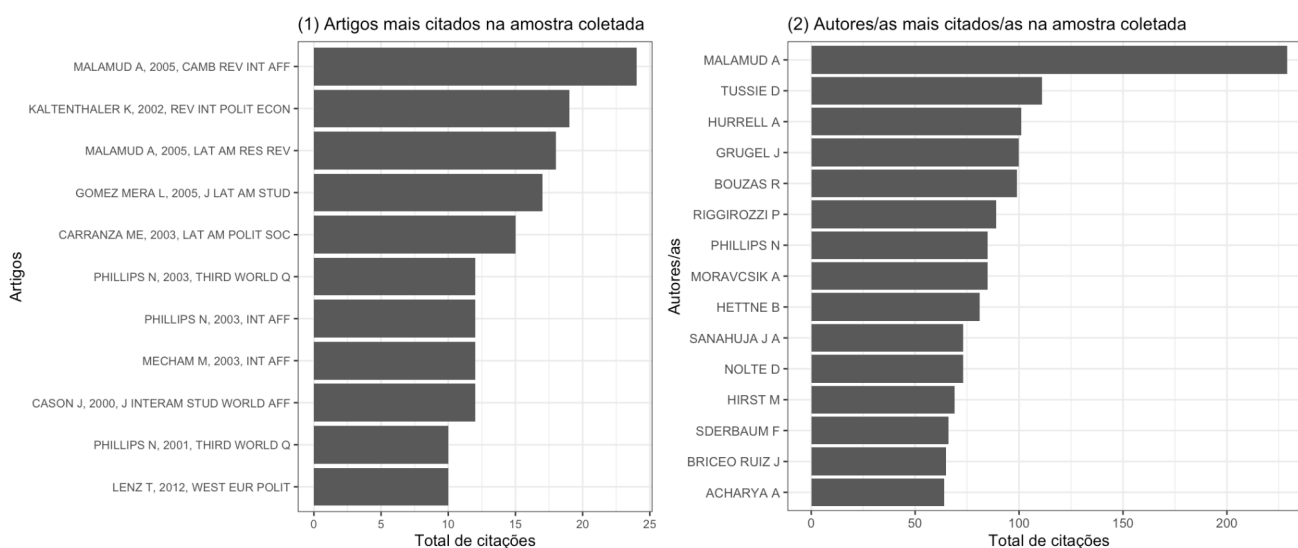
Foi em meio ao *boom* na produção sobre a integração regional latino-americana nos anos 2000 que se produziram os artigos mais citados do campo, como vemos no Gráfico 2. Três notas são importantes de serem mencionadas, com base nos

Gráfico 1 - Publicações sobre a integração latino e sul-americana ao longo do tempo



Fonte: elaboração própria, baseados em dados da Scopus

Gráfico 2 - Artigos e autores/as mais citados/as na amostra coletada



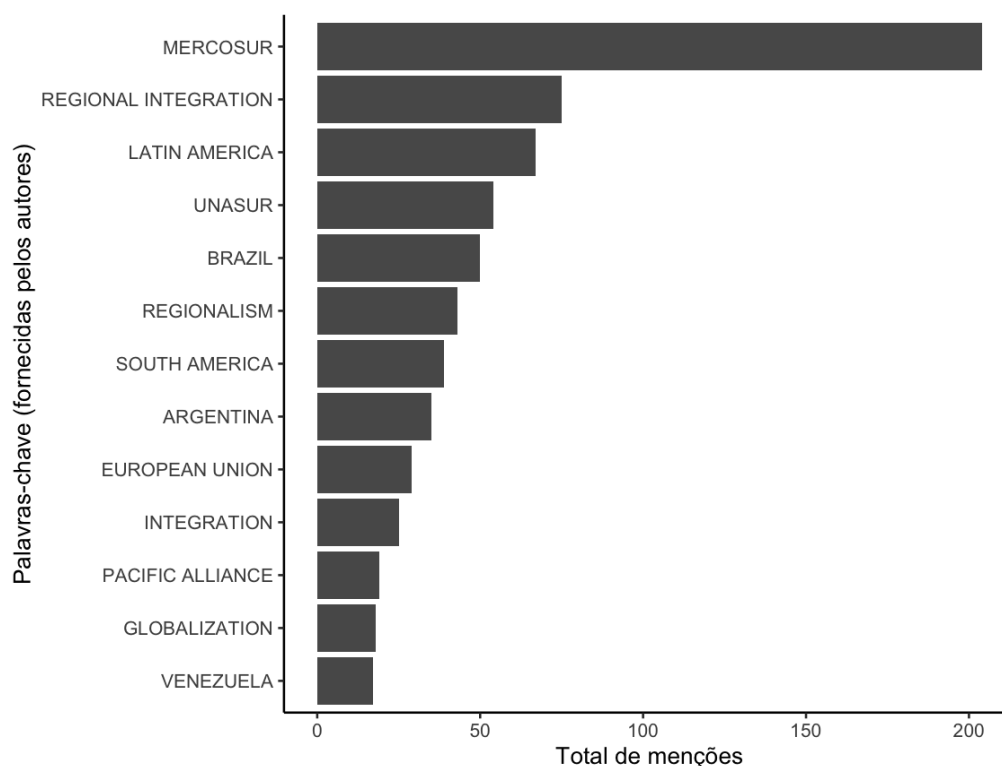
Fonte: elaboração própria, baseados em dados da Scopus

dados nele apresentados. A primeira delas, mais evidente, diz respeito ao fato de que apenas 1 dos 11 artigos mais citados⁶ e 3 das 15 pessoas mais citadas pela amostra coletada são mulheres⁷, denotando uma disparidade de gênero na produção sobre a integração regional latino-americana.

A segunda nota diz respeito à temática. Todos os onze artigos mais citados no campo, aqui elencados, abordam o Mercosul, em alguma medida. Essa noção pode, inclusive, ser ainda mais ampliada quando olhamos para o Gráfico 3, em que podemos observar as palavras-chave mais empregadas nos trabalhos analisados. O Mercosul é citado quase o triplo de vezes mais do que a segunda expressão mais utilizada - a integração regional. Percebe-se, então, que o bloco é tema predominante na literatura analisada.

Dois outros pontos chamam a atenção no Gráfico 3. O primeiro é a presença da UNASUL, criada 17 anos depois do Mercosul, como quarto termo mais citado, o que sugere uma atenção expressiva dada à organização desde sua criação. Segundo, temos o fato de que, apesar de a América Latina ser mais citada do que a América do Sul na amostra analisada, a maior parte dos termos mais citados pelos/as autores/as diz respeito apenas à segunda. Isso parece-nos tornar ainda mais evidentes os motivos que nos levaram a expandir o escopo da coleta de dados apresentado no início dessa seção, no sentido de que a integração sul-americana é muitas vezes analisada sob a ótica da integração latino-americana.

Gráfico 3 - Palavras-chave mais citadas na amostra coletada



Fonte: elaboração própria, baseados em dados da Scopus

⁶ Laura Gomez-Mera.

⁷ Diana Tussie, Pía Riggiozzi e Mônica Hirst.

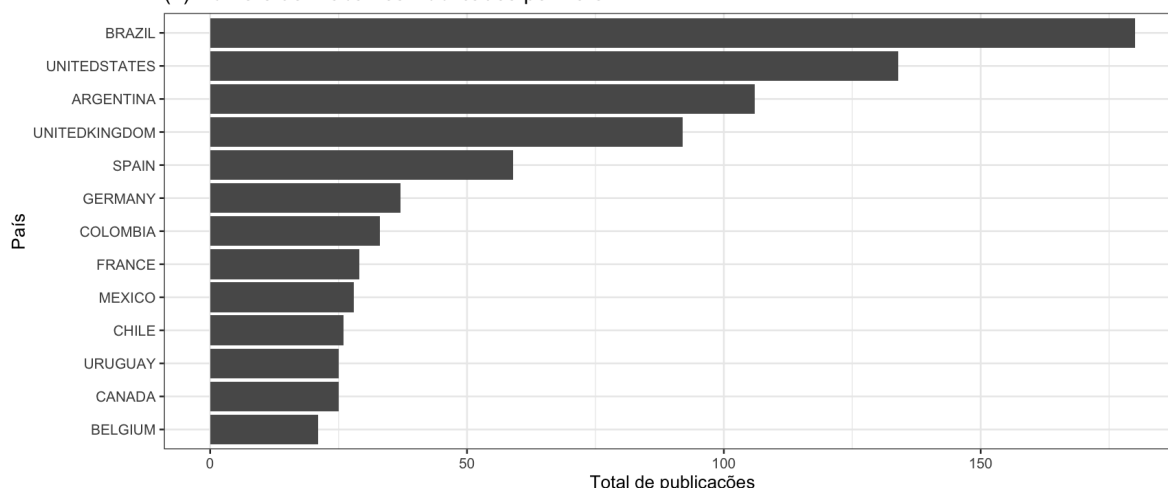
De volta ao Gráfico 2, o terceiro ponto passível de destaque está no fato de que apenas 4 dos/as 15 pesquisadores/as mais citados na amostra coletada possuem laços com instituições latino-americanas. Esse número sobe para cinco caso desejemos considerar a nacionalidade dos/as autores/as. Ainda assim, $\frac{2}{3}$ dos autores mais citados do campo são estrangeiros. Dito de outra forma, é possível dizer que parte considerável dos artigos de maior impacto sobre a integração latino-americana é produzida fora dela. Isso não implica, contudo, dizer que a produção, em geral, se concentre fora da região.

Quando desconsideramos o número de

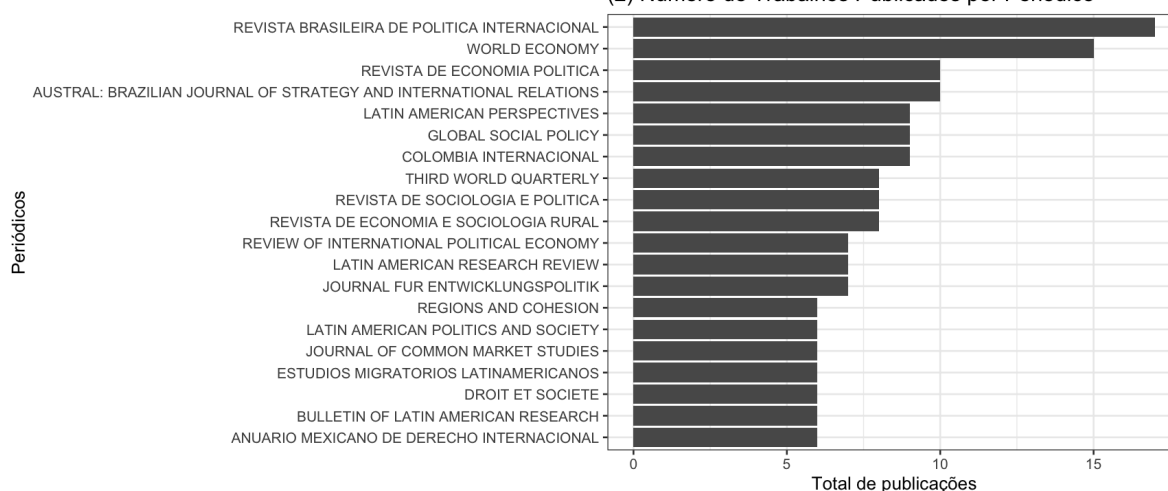
citações por artigo, é possível perceber que existe, de fato, um número considerável de publicações produzidas por pesquisadores/as radicados/as na América Latina e/ou publicadas por periódicos da região, como podemos ver no Gráfico 4⁸ abaixo. O Brasil se destaca como um aparente polo nesse sentido. O país possui o maior número de autores/as institucionalmente afiliados, além de 4 periódicos entre os 20 que mais publicaram artigos sobre o tema ao longo do tempo (Revista Brasileira de Política Internacional, Revista de Economia Política, Austral, Revista de Sociologia e Política e Revista de Economia e Sociologia Rural).

Gráfico 4 - Países e Periódicos com mais publicações na amostra

(1) Número de Trabalhos Publicados por País



(2) Número de Trabalhos Publicados por Periódico



Fonte: elaboração própria, baseados em dados da Scopus

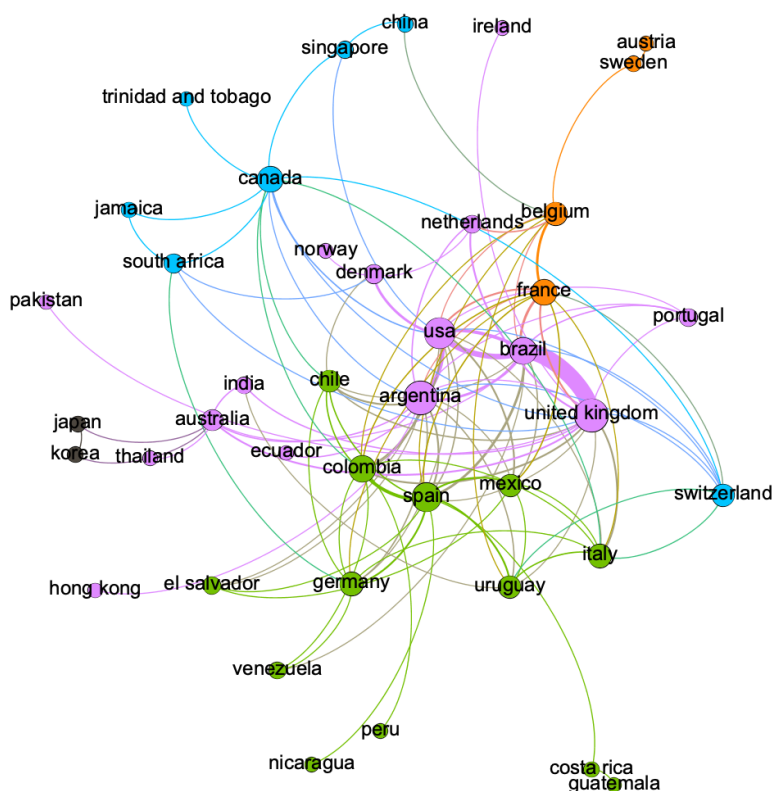
⁸ Cabe mencionar que, no caso dos autores/as correspondentes, só há dados para a nacionalidade dos mesmos no caso de 316 dos 893 artigos analisados.

O papel de proeminência do Brasil nesse contexto talvez ajude a explicar alguns pontos já mencionados. Primeiro, o crescente financiamento e institucionalização do campo de Relações Internacionais no país pode ter contribuído para um aumento no número de estudos no referido campo, como discutem Carvalho, Santos e Martínez (2021). Segundo, a importância atribuída ao Mercosul na amostra analisada pode ter relação com o interesse apresentado pela academia brasileira no bloco (HERZ, 2002; MILANI, 2021).

Apesar de percebermos que existem pesquisadores baseados na América Latina produzindo conhecimento sobre a região, chama a atenção o fato de que apenas 18.9% dos artigos contidos na amostra foram publicados em

coautoria por investigadores de diferentes países. Para uma melhor observação das redes internacionais de colaboração na autoria destes artigos, nós as apresentamos na Figura 1. Para filtrar os eventos raros e/ou esporádicos, excluimos pares de países em que a colaboração ocorreu apenas por uma vez. Atribuímos tamanho aos nós segundo seus graus - ou seja, quanto mais colaborações internacionais um país apresentou, maior o tamanho de seus nós -, as arestas⁹ segundo a intensidade do vínculo - ou seja, quantos artigos foram publicados em coautoria por pesquisadores daquele par de países - e os colorimos conforme a sua modularidade¹⁰ - ou seja, o *cluster* o qual cada país pertence, segundo o algoritmo utilizado.

Figura 1 - Coautoria de artigos sobre a integração regional latino-americana, conforme o país de afiliação institucional



Fonte: elaboração própria, baseados em dados da Scopus

⁹ Os nós são os pontos na rede, representando os países nos quais membros de suas instituições publicaram artigo sobre o tema em voga. As arestas são as linhas que conectam os nós, existentes quando há alguma relação entre duas unidades. O grau de um nó representa, basicamente, a quantos outros nós ele está conectado (NEWMAN, 2010).

¹⁰ A modularidade indica divisões, grupos dentro de uma comunidade (NEWMAN, 2006; 2010).

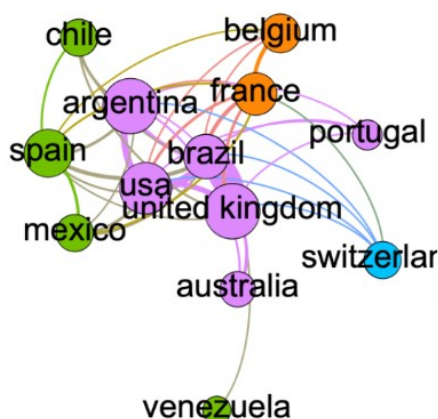
Pelas cores, é possível perceber a existência de distintos grupos, que parecem denotar algumas relações. Dois deles parecem mais importantes para os nossos interesses. Primeiro, é possível identificar um grupo verde, com países latino-americanos de colonização espanhola, além da própria Espanha, Alemanha e Itália. Segundo, há um grupo rosa, composto por Brasil, Argentina, Equador e outros países. Do ponto de vista da Análise de Redes, essa separação sugere que não há um padrão claro de cooperação acadêmica recorrente (ao menos aquela refletida em coautoria de artigos) que se aplique a todos os países da região, que acabam por se dividir em, pelo menos, dois grupos diferentes (roxo e verde). É possível, ainda, perceber o isolamento relativo

de algumas nações conectadas a apenas um outro país nessa estrutura de produção acadêmica, como Nicarágua, Peru e Guatemala, além da ausência de outras como Paraguai, Bolívia e Honduras.

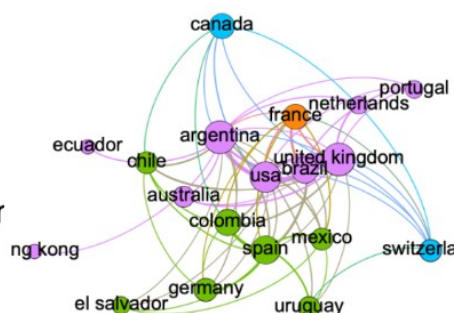
Quanto à orientação dessas redes de cooperação, apresentamos na Figura 2 as ego-redes dos quatro maiores produtores de artigos contidos na amostra - Brasil, Argentina, Colômbia e México. Esse tipo de rede é importante pois permite-nos observar a quem a(s) unidade(s) selecionada(s) está(ão) diretamente conectada. Nesse sentido, é possível notar que existem padrões diferentes de coautoria por parte de pesquisadores radicados nos países analisados.

Figura 2 - Ego redes de coautoria de Brasil, Argentina, Colômbia e México

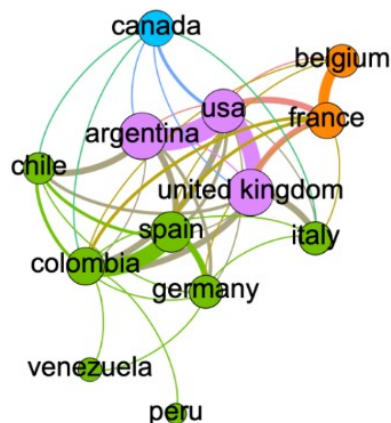
Brasil



Argentina



Colômbia



México



Fonte: elaboração própria, baseados em dados da Scopus

No caso do Brasil, por exemplo, quando existe coautoria internacional, parece haver uma tendência a tentar compreender a região a partir da parceria com pesquisadores de outras regiões, principalmente com aqueles baseados em grandes centros, como os Estados Unidos e no Reino Unido, como podemos ver pela intensidade das arestas. Há pouca cooperação com os países latino-americanos, focada na Argentina e, em menor medida, com México, Venezuela e Chile.

Pesquisadores de Colômbia e México também apresentam pouca tendência à cooperação com investigadores de outros países latino-americanos. No caso colombiano, profissionais baseados na Espanha parecem ser preferidos para o entendimento da região e, em menor medida, outros baseados nos Estados Unidos e no Reino Unido. Já no caso do México, a cooperação parece-nos ainda mais escassa, focada também na Espanha e nos Estados Unidos. A Argentina tende a ser a exceção à regra. Apesar de sua rede de cooperação acadêmica na produção de conhecimento sobre a América Latina parecer ser focada nos Estados Unidos e no Brasil, há um diálogo com um maior número de países da região, como El Salvador, Uruguai e Equador.

Nesse sentido, é preciso considerar que esses trabalhos são comumente publicados por acadêmicos que possuem diálogos com profissionais de outros países, por meio de congressos e outros tipos de interação. No entanto, uma possível hipótese resultante do dado citado diz respeito a uma tendência de que, em alguma medida, parte dos trabalhos produzidos na região tende a apresentar as visões sobre a América Latina na perspectiva de cada país. Quando há a parceria com pesquisadores de outros países, esta tende a se concretizar com profissionais baseados nos Estados Unidos, no Reino Unido e, em alguma medida, na Espanha. Estes fatos, por si só, não são passíveis de desmerecimento. No entanto, uma outra hipótese que podemos levantar é a de que um aumento nas colaborações na produção de trabalhos sobre a região poderia ser benéfico para avançar no entendimento sobre a mesma, na busca pela

construção e publicação de visões compartilhadas, em algum nível, sobre a América Latina. Especialmente no caso do Brasil, por possuir um dos maiores orçamentos para pesquisa na região.

São estes os diagnósticos, questionamentos e hipóteses mais salientes emergidos a partir de nossa análise bibliométrica. Essa análise não se pretendeu exaustiva, tendo o intuito apenas de ressaltar alguns pontos mais visíveis com base nos dados analisados, antes de procedermos aos artigos que compõem o Dossiê. Acreditamos ter levantado pontos importantes para o debate e a compreensão da referida literatura com esta introdução e passamos agora às contribuições propriamente ditas.

ESTRUTURA DO DOSSIÊ

O presente Dossiê pretende, então, contribuir para o avanço da compreensão sobre a integração regional, com foco na América do Sul, ao trazer seis contribuições inéditas a essa literatura, apresentando diferentes enfoques. Primeiramente, desde 2010, a Revista InterAção é aberta com a entrevista de um(a) professor(a) renomado(a) da área de Relações Internacionais. Neste número, a pesquisadora mais citada do campo da integração regional latino-americana (como podemos ver no Gráfico 2), a prof^a. Dr^a. **Diana Tussie** (FLACSO), foi entrevistada pelos editores convidados. Compartilhamos achados do levantamento bibliométrico e fizemos perguntas visando um melhor entendimento sobre o campo. E é com imenso prazer que compartilhamos as respostas, inéditas e exclusivas da prof^a. Tussie.

Ao fim da entrevista, o primeiro artigo deste Dossiê é de autoria de **Leonardo Granato**, **Guilherme Uberti** e **Katiele Menger**. Em *O Mercosul e o Agronegócio Brasileiro no período 2016-2020*, os autores discorrem sobre os interesses do agronegócio brasileiro—Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Associação Brasileira do Agronegócio e Associação Brasileira de Produtores de Soja—em relação ao Mercosul. Em particular, os autores discutem como grupos de interesse ligados a este setor

econômico tentaram pautar a integração regional no período proposto, a partir de uma visão poulantziana. Por meio de uma análise de conteúdo, os autores evidenciam uma narrativa contraditória de defesa do modelo de regionalismo aberto com proteção do Estado nacional, sinalizando outras divergências de interesses, fragmentações e disputas dentro do setor do agronegócio brasileiro.

Em seguida, em *La historia del Mercosur Social a la luz de la teoría constructivista*, **Nastasia Barceló** analisa como o mecanismo de socialização por aprendizagem incidiu durante o período 2003-2014, apresentado pela autora como um momento de autorreflexão crítica. Diante disso, Barceló destaca, a partir da vinculação entre teoria e empiria, elementos substantivos para verificar se as práticas transformadoras resultaram em transformações identitárias no Mercosul. De forma sumária, a autora argumenta que os agentes introduziram práticas e ideias em contextos sociais internos com o intuito de produzir mudanças e de dotá-las práticas que estimulasse a integração social normativa e institucionalmente. Contudo, pondera que a transformação parcial da identidade do bloco não significou a exclusão de pautas econômicas e comerciais, mas que estas passaram a constituir-se de forma recíproca.

No terceiro artigo deste dossiê, a temática das relações trabalhistas é abordada. Em *Relações de trabalho no Mercosul: convenções coletivas transnacionais como instrumento de fortalecimento da dimensão social do Mercosul a partir da pandemia do SARS-CoV-2*, **Adriana Bertollo** e **Danilo Almeida** analisam as convenções coletivas transnacionais como instrumento regional para defesa dos trabalhadores no âmbito do Mercosul. A partir da obra *Sociedade de Risco*, de Ulrich Beck, os autores advogam pela necessidade de representação coletiva dos trabalhadores no âmbito do bloco. Por um lado, argumentam que o modelo sindical atual, de caráter nacional, é insuficiente para fazer frente às demandas dos trabalhadores. Por outro, diferenciam os interesses das empresas transnacionais daqueles do desenvolvimento

regional. Tal ponto, relacionado à imposição da cultura empresarial, é uma importante contribuição à área.

O ponto de vista da segurança internacional e defesa nacional é o foco do quarto artigo. Em *O avanço brasileiro sobre o Atlântico Sul por meio da política externa no século XXI*, **Roberto Uebel** e **João Pedro Portela** analisam a política do Brasil para o Atlântico Sul. Abordam, para isso, relevantes temáticas para o país, como "entorno estratégico", "Amazônia Azul", a "Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul" (ZOPACAS) e o "Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul" (SisGAAz), com especial preocupação para a conjugação da política externa com a política de defesa. A partir da revisão de documentos oficiais, os autores identificam continuidades e rupturas da política externa brasileira para o Atlântico Sul desde o primeiro governo de Lula da Silva, em 2003. Em especial, destacam potenciais causas domésticas e internacionais para tais mudanças.

Após discutirmos os aspectos regionais a partir de enfoques teóricos, conceituais e metodológicos diferentes, no último artigo deste dossiê são discutidos cenários para o futuro. Para isso, **Victor Pires** e **Naiane I. Cossul** discutem, em *O Futuro do Mercosul: Uma análise conjuntural a partir dos governos de Bolsonaro e Fernández*, dois cenários contrastantes: um com maior protagonismo do Brasil e outro com maior predominância da Argentina. Para tanto, os autores retrocedem historicamente a partir de uma análise que se vale tanto da teoria da dependência quanto da teoria dos ciclos decisórios induzidos por crises. Pires e Cossul concluem com um cenário de incertezas em meio a animosidades e relações pragmáticas, pontuando que a atual crise do bloco pode servir como uma bifurcação (positiva ou negativa) para a trajetória do bloco.

Esperamos que este Dossiê brinde aos leitores e leitoras com leituras inovadoras e instigantes. Apesar das marchas e contramarchas, o Mercosul, um marco inequívoco para a integração sul-americana, completou, no ano de 2021, seu 30º aniversário. Este Dossiê traz uma

pluralidade de contribuições, perpassando tanto visões mais céticas quanto visões mais propositivas sobre a integração e, por que não, a cooperação regional. Em poucas palavras, agradecemos os(as) autores(as) que submeteram os seus manuscritos para avaliação e, especialmente, o excelente corpo de revisores(as) anônimos(as) que se disponibilizaram para comentar os manuscritos recebidos. Finalmente, agradecemos ao Editor-Chefe da Revista InterAção, prof. Dr. José Renato Ferraz da Silveira (UFSM), pelo gentil convite e pela confiança depositada.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, C. **Breves narrativas diplomáticas**. São Paulo: Benvirá, 2013.
- BANDEIRA, M. **O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na Bacia do Prata: [Argentina, Uruguai e Paraguai] ; da colonização à guerra da Tríplice Aliança**. 2. ed. Brasília: Ed. UnB, 1995.
- BARNABÉ, Israel R. **Mercosul e o Estado Nação: a importância política da integração regional**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012
- BATISTA, Ian Rebouças; ALBUQUERQUE, Rodrigo B. **O Impacto da Ideologia sobre os processos de Integração Regional: o caso da Unasul**. 11º Encontro do ABCP. Curitiba, Brasil. Outubro de 2018.
- BRICEÑO-RUIZ, José. O regionalismo latino-americano depois do regionalismo aberto: novos eixos, novas estratégias. In: CARMO, Corival A.; WINAND, Érica C. A.; BARNABÉ, Israel R.; PINHEIRO, Lucas M. **Relações Internacionais: Olhares Cruzados**. Brasília: FUNAG, 2013.
- CARVALHO, T. L. DE. A cláusula democrática do Mercosul e as interrupções de mandatos presidenciais: um estudo comparativo sobre os casos paraguaio e brasileiro. **Conjuntura internacional**, v. 14, n. 1, p. 25, 17 ago. 2017.
- CARVALHO, T.; SANTOS, V.; MARTÍNEZ, Y. **Seguindo a trilha das palavras: mapeando os “trending topics” das pesquisas na pós-graduação em RI no Brasil (1987-2018)**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/2646/version/2797>>. Acesso em: 18 jul. 2021.
- CERVO, Amado L. **Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- COSSUL, Naiane I; DALL’AGNOL, Augusto C. Presente e futuro do Mercosul: 30 anos do bloco. **ISAPE Debate**, n. 10, p. 1-7, 2021.
- DABÈNE, Olivier. Consistency and Resilience Through Cycles of Repoliticization. In: RIGGIROZZI, Pía, TUSSIE, Diana. **The Rise of Post-hegemonic Regionalism. The case of Latin America**. Londres, Springer, 2012
- FUKUYAMA, Francis. **The End of History and the Last Man**. New York, NY: Free Press, 1992.
- GRANATO, Leonardo. **Brasil, Argentina e os rumos da integração: O Mercosul e a Unasul**. Appris, Curitiba, 2015.
- HERZ, M. O Crescimento da Área de Relações Internacionais no Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 24, n. 1, p. 7–40, 2002.
- IANNI, Octavio. **A Era do Globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- MAINWARING, Scott; BIZZARRO, Fernando. O que aconteceu com as democracias da terceira onda? **Journal of democracy** em Português, Plataforma Democrática, v. 8, n. 1, p. 1–25, 2019.
- MALAMUD, Andres. Presidentialism and Mercosur: a hidden cause for a successful experience. In: LAURSEN, F. (org.), **Comparative Regional Integration: Theoretical perspectives**. Farham, Ashgate, 2003.
- MALAMUD, Andres. Presidential Diplomacy and

the Institutional Underpinnings of MERCOSUR: An Empirical Examination. **Latin American Research Review**, vol. 40, 2005.

MEDEIROS, M. de A., BARNABÉ, I., ALBUQUERQUE, R. B.; LIMA, R. What does the field of international relations look like in South America. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 59(1): e004, 2016.

MILANI, C. R. S. The foundation and development of International Relations in Brazil. **Review of International Studies**, p. 1–17, 29 mar. 2021.

NEWMAN, M. E. J. Modularity and community structure in networks. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 103, n. 23, p. 8577–8582, 6 jun. 2006.

NEWMAN, M. E. J. **Networks: an introduction**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2010.

OSZLAK, Oscar. Estados capaces: un desafío de la integración. BLEJMAR, Bernardo (comp.). **Liderazgo y desarrollo sustentable**. Buenos Aires: Ediciones Manantial, p. 119-160, 2003.

PHILLIPS, N. Hemispheric Integration and Subregionalism in the Americas. **International Affairs**, v. 79, n. 2, p. 327–349, mar. 2003.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil - 1750-2016**. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

VISENTINI, Paulo F. **A projeção internacional do Brasil: 1930-2012: diplomacia, segurança e inserção na economia Mundial**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

WEYLAND, K. The Performance of Leftist Governments in Latin America: Conceptual and Theoretical Issues. Em: WEYLAND, K.; MADRID, R.; HUNTER, W. (org.) **Leftist Governments in Latin America: Successes and Shortcomings**. Nova York: Cambridge University Press, p. 1-27, 2010.